



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

02/12/2010



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DESEMBARGADORES.....	1
1.2. INSTITUCIONAL.....	2 - 4
2. JORNAL AQUI	
2.1. PRISÃO.....	5 - 6
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	7
3.2. COMARCAS.....	8
3.3. DESEMBARGADORES.....	9
3.4. PRISÃO.....	10 - 13
3.5. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	14
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. COMARCAS.....	15 - 16
4.2. PALESTRA.....	17
4.3. PRISÃO.....	18 - 21
4.4. VARAS ESPECIAIS.....	22
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. COMARCAS.....	23
5.2. INSTITUCIONAL.....	24 - 25
5.3. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	26
5.4. SISTEMA CARCERÁRIO.....	27
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CÂMARA CRIMINAL DE JUSTIÇA.....	28
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. PRESIDENTE.....	29
7.2. PRISÃO.....	30
7.3. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	31
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	32
8.2. DESEMBARGADORES.....	33
8.3. INSTITUCIONAL.....	34 - 39
8.4. PRISÃO.....	40
9. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
9.1. DESEMBARGADORES.....	41 - 42
9.2. INSTITUCIONAL.....	43
9.3. VARAS ESPECIAIS.....	44

CORREGEDORIA NÃO RECEBEU DENÚNCIAS CONTRA JUIZ THALES RIBEIRO

O desembargador-corregedor Antonio Guerreiro Júnior disse nesta quarta-feira, 1º, que a Corregedoria Geral da Justiça não recebeu até o momento nenhuma denúncia formal e fundamentada de sindicatos e pessoas que fazem acusações pela imprensa ao juiz Thales Ribeiro de Andrade, da Comarca de Dom Pedro (a 310 km da capital). "Os acusadores e reclamados estão sendo chamados pela Corregedoria para que confirmem o que disseram contra o juiz", informou o corregedor ao Pleno do Tribunal de Justiça, em resposta a ofício do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida. Durante a sessão plenária administrativa, o corregedor mostrou o volumoso processo, que reúne o que foi publicado em jornais e blogs sobre o titular de Dom Pedro. O corregedor disse aos desembargadores ter tomado as medidas que o caso requeria.

NÍVEL MÉDIO PARA OFICIAL DE JUSTIÇA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu na sessão administrativa de ontem, 1º/12, enviar à Assembléia Legislativa do Maranhão Projeto de Lei que modifica a escolaridade para acesso ao cargo de oficial de justiça, de nível superior para nível médio.

A mudança altera o artigo 93 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão que prevê a exigência de formação superior para o cargo, além de seguir recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Resolução 119, na qual o próprio Conselho revoga a Resolução 48 de sua autoria, que exigia nível superior para acesso ao cargo de oficial de justiça.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ressaltou que essa mudança visa acolher as necessidades e a realidade do Judiciário Maranhense, com o objetivo de atender a demanda de funcionários nas comarcas e também proporcionar à sociedade uma prestação de serviço mais célere e eficiente.

A regionalização do preenchimento das vagas por comarcas e pólos prevista para o próximo concurso do TJMA foi outra iniciativa positiva citada por Gedeon, no sentido de contornar o problema de ausência de candidatos interessados em trabalhar nas comarcas onde há cargos vagos.

MODIFICADO

**Projeto de lei do Tribunal de Justiça
altera escolaridade para oficial de justiça**

Pág. 4

Projeto de lei do TJ altera escolaridade para oficial de justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu na sessão administrativa de ontem, enviar à Assembléia Legislativa do Maranhão Projeto de Lei que modifica a escolaridade para acesso ao cargo de oficial de justiça, de nível superior para nível médio.

A mudança altera o artigo 93 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão que prevê a exigência de formação superior para o cargo, além de seguir recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Resolução 119, na qual o próprio Conselho revoga a Resolução 48 de sua autoria, que exigia nível superior para acesso ao car-

go de oficial de justiça.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ressaltou que essa mudança visa acolher as necessidades e a realidade do Judiciário Maranhense, com o objetivo de atender a demanda de funcionários nas comarcas e também proporcionar à sociedade uma prestação de serviço mais célere e eficiente.

A regionalização do preenchimento das vagas por comarcas e pólos prevista para o próximo concurso do TJMA foi outra iniciativa positiva citada por Gedeon, no sentido de contornar o problema de ausência de candidatos interessados em trabalhar nas comarcas onde há cargos vagos.

◀ CIDADE OLÍMPICA ▶

CANSADA DE APANHAR, MATOU

Arlete de Jesus Gomes Aragão, 38 anos, assassinou o marido com duas facadas, na Cidade Olímpica. Segundo o delegado responsável pelo caso, Arlete disse que era constantemente agredida pelo esposo, Fortunato José Pereira, 47 anos. Mas na noite da última terça, após levar mais uma surra, resolveu se vingar e deu duas facadas no marido, que morreu no hospital, horas depois

POÍCIA 3

▶ DIA DA CAÇA...

MATOU O MARIDO

Cansada de tanto apanhar do marido, mulher revida espancamento com duas facadas, matando-o. Foi presa e autuada

KARLOS GEROMY/AQUI, MOTO, A PRESS

ANTÔNIO MARCOS

Uma briga entre marido e mulher acabou em uma tragédia na noite desta terça-feira, 30, por volta das 19h, na Cidade Olímpica. Arlete de Jesus Gomes Aragão, de 38 anos, assassinou o marido, Fortunato José Pereira, de 47 anos, com dois golpes de facas, na própria residência do casal, localizada na Rua 14, nº 4, naquele mesmo bairro.

Segundo informações do delegado titular do 18º DP, Alexandre Magno Alves, baseado em depoimento prestado pela acusada, o homicídio foi motivado, por conta dos sucessivos atos de agressões praticados pela vítima, que trabalhava como guarda municipal da capital, contra a sua companheira.

Conforme o delegado, na terça-feira, o marido chegou em casa furioso e iniciou uma discussão com Arlete. Cansada de discutir com a mulher, Fortunato perdeu a paciência e começou a agredir Arlete com chutes, socos e pontapés. Irritada com a agressividade do marido, Arlete resolveu dá um basta nos atos de



FORTUNATO JOSÉ PEREIRA ACABOU MORTO A FACADAS

agressões do companheiro. Ela foi até a cozinha, onde pegou uma faca e aplicou duas facadas no marido valentão. Os dois golpes atingiram a região do tórax da vítima.

Logo após ter esfaqueado Fortunato, Arlete socorreu o marido e o encaminhou para o Hospital Clementino Moura, (Socorrão II), mas a vítima morreu logo após haver dado entrada naquela casa de saú-

de.

Um policial militar que estava de plantão no hospital prendeu a acusada e a encaminhou para a delegacia da Cidade Olímpica, onde foi autuada em flagrante por homicídio e encaminhada para o Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas (Crisma), em Pedrinhas, onde ficará presa à disposição da justiça.

PRESIDENTE DO TRE É ELEITO PARA A AMB

O Desembargador Raimundo Freire Cutrim, presidente do Tribunal Regional Eleitoral é o único magistrado maranhense eleito pela chapa NOVOS RUMOS para a Associação dos Magistrados Brasileiros. Por uma diferença de 417 votos, a chapa AMB COM VOCÊ, liderada pelo juiz maranhense Gervásio Santos perdeu o pleito disputado em todo país. A chapa vencedora foi liderada pelo desembargador Henrique Nelson Calandra, de São Paulo. O desembargador Raimundo Cutrim é o Secretário Adjunto da Secretaria de Relações Internacionais.

COMARCA APROVADA

O Tribunal de Justiça do Maranhão aprovou por unanimidade, ontem, 1º, projeto de lei complementar que cria a comarca de Cidelândia, desmembrada da comarca de Açailândia, ambas na Região Tocantina. O documento será encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado para votação.

O juiz de Dom Pedro, Thales Ribeiro, tem apoio da Associação dos Magistrados e tem contra si, uma centena de entidades de movimentos sociais.

↗ **BAIXA NO CRIME**

Seic prende três criminosos que agiam na Cidade Olímpica

Agentes da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) em conjunto com policiais da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) prenderam por volta das 18h30 de terça-feira (30) três homens acusados de vários assaltos e causarem pânico em moradores do bairro da Cidade Olímpica.

Welliton Araújo dos Santos, 23 anos, morador da Rua 9, Quadra A, Bloco A, nº 9; Jardel da Silva Santos, 26 anos, residente da Rua 9, casa 16; e Ruberval de Jesus da Silva Fontinele, 18 anos, morador da Rua 1, todos residentes na Cidade Olímpica foram detidos após a polícia realizar investigações para identificar e prender os elementos que desde domingo estavam se confrontando pelo domínio do tráfico de drogas. A prisão dos três assaltantes aconteceu em uma residência localizada na Rua 9, Quadra 18, Casa 18 também na Cidade Olímpica.

Em poder dos bandidos

foram encontrados um revólver calibre 38 e uma pistola 380, todos muniçados; dois celulares, além de um chip que era utilizado para negociação de vendas de drogas. Segundo informações da polícia, o grupo fazia parte de quadrilha que vinha desenvolvendo ações criminosas na região da Cidade Olímpica. Durante algumas semanas, eles promoveram confrontos pela disputa de pontos de venda de drogas. Além do tráfico, o bando também comercializava produtos roubados.

De acordo com informações do Superintendente da Seic, delegado Marcos Affonso Júnior, os três já têm passagem pela polícia. "Estamos tirando de circulação, bandidos de alta periculosidade. Dois deles já haviam sido presos há menos de dois meses pela Seic. Na época encontramos quatro armas em poder desses criminosos, e com as de hoje somam sete", contou o delegado.

CONFRONTO - O superin-

tendente disse ainda que a ousadia dos assaltantes chama a atenção da Polícia. No momento da abordagem, ao perceberem a presença da polícia, os três homens disparam vários tiros contra os investigadores. Durante o confronto, Jardel Santos acabou sendo baleado na perna. Nesse momento, os policiais conseguiram entrar na residência e dominá-los.

Após receber voz de prisão, Jardel foi levado ao Hospital Djalma Marques para receber atendimento médico. Eles foram levados para a sede Seic, na Beira Mar, onde prestaram depoimento.

Todos deverão ser autuados em flagrante por porte ilegal de armas, tráfico de drogas, formação de quadrilha, além de resistência a prisão, e em seguida encaminhados para o Centro de Triagem de Pedrinhas, onde permanecerão à disposição da Justiça.



Os três assaltantes presos foram apresentados pela polícia



PÁGINA 10

MANÍACO: Comerciante vai registrar queixa e recebe voz de prisão

Nicolau Serra, 55 anos, o "Nico", comerciante morador da Rua da Amizade, 11, Primavera, Bairro Bom Jesus, se dirigiu à Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), para registrar um Boletim de Ocorrência. Ao puxar seus dados pessoais, apareceu contra Nico, um mandado de prisão preventivo por atentado violento ao pudor, crime cometido em 1991, contra uma menor de idade.

O mandado de prisão, expedido pelo juiz de Direito Fernando Mendonça, auxiliar em exercício, sentença Nico Serra a cumprir pena de 06 anos

de prisão, de acordo com o disposto no art. 214, do Código Penal Brasileiro (CPB).

No longínquo 1991, ano das acusações, Nico Serra morava na Rua Jairzinho, Bairro do Coroadó. Falando aos repórteres, o acusado se defende, afirmando que a menina dava em cima dele. Disse que procurou a genitora da menor, a quem contou o que estava acontecendo. Disse que nunca passou pela sua cabeça se envolver com a garota.

Ainda de acordo com o acusado, a mãe da menina passou a tentar lhe extorquir,

pedindo uma casa. Disse que não dava porque não tinha devida nada para a ela. Irritada, segundo Nico, a mãe da garota registrou um Boletim de Ocorrência contra ele. O acusado relata que contratou uma advogada para defendê-lo, que nada resolveu a seu favor. Só pegou muito dinheiro dele, que agora se encontra preso.

O delegado titular Paulo Hertel comunicou a prisão de Nico ao juiz e, em seguida, encaminhou o comerciante para o Centro de Triagem, em Pedrinhas, onde responderá pelo crime que cometeu.

Foto: Edilson Juliano



Nicolau Serra, o 'Nico'

Esposa agredida mata marido com duas facadas

Uma briga entre marido e mulher acabou resultando em uma tragédia na noite desta terça-feira (30) por volta das 19 horas, na Cidade Olímpica. Arlete de Jesus Gomes Aragão de 38 anos, assassinou o marido Fortunato José Pereira de 47 anos, com dois golpes de facas na região da casa onde eles residem, localizada na Rua 14, nº 100, no bairro de Pedrinhas.

Segundo informações do delegado titular da 1ª DP, Alexandre Macedo Alves, baseado em depoimento prestado pela acusada, o homicídio foi motivado por episódios de violência física e atos de agressões praticados pela vítima contra o marido, guarda municipal capital, contra a sua companhia.

Ainda de acordo com o delegado, na terça-feira o marido chegou em casa furioso e iniciou uma discussão com Arlete. Cansado de discutir com a mulher Fortunato perdeu a paciência e começou a agredir Arlete com choques elétricos e pontapés.

Irritada com a agressividade do marido Arlete resolveu dá um basta nos atos do esposo. Ela foi até a cozinha, onde pegou uma faca e aplicou dois golpes no marido "valentão". Os dois golpes atingiram a região do tórax da vítima.

Logo após ter esfaqueado Fortunato, Arlete socorreu o marido e o encaminhou para o Hospital Clementino Moura (Socorrão II), mas a vítima não resistiu e morreu logo após ter dado entrada nesta casa de saúde. Um policial militar que estava de plantão no hospital prendeu a acusada e a encaminhou para a delegacia da Cidade Olímpica, onde prestou depoimento e logo depois foi autuada em flagrante por homicídio. Após prestar esclarecimentos, Arlete foi encaminhada para o Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas (Crisma), em Pedrinhas, onde ficará presa a disposição da justiça.

Semana da Conciliação atinge 942 acordos no estado do MA

Um volume de 942 acordos e de R\$ 15.322.654,31 em valores homologados é o painel dos dois primeiros dias de participação do Judiciário estadual na Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo CNJ em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça. O evento prossegue até sexta-feira, 3.

"Nesse período, 7.013 pessoas foram atendidas em varas, juizados e unidades credenciadas para homologar acordos", informa o corregedor Antonio Guerreiro Júnior.

No Maranhão, 140 juizes, 1 juiz leigo, 176 conciliadores e 617 colaboradores estão envolvidos com as atividades.

A iniciativa chega ao terceiro dia abrangendo 77 comarcas e 28 juizados especiais.

Até esta terça-feira, 30, foram concretizadas 114 das 122 audiências pré-processuais de conciliação previstas.

Das 3.329 audiências de

conciliação designadas, totalizaram 2.991 as efetivamente realizadas.

Em relação as audiências criminais, das 435 agendadas 301 foram realizadas.

O volume de sentenças de transação penal homologadas foi de 104, e três o número de homologações de suspensão de processo.

Os resultados parciais diários da ação são auferidos pela Corregedoria, diariamente e ao final da tarde, e enviados em seguida ao CNJ.

Além das varas e juizados da capital e do interior, a Semana terá audiências no Procor (Monte Castelo) e na Associação Comercial (Centro) onde as Lojas Gabryella montou sala de audiências e há duas juizas para homologação de acordos.

A Cemar também participa de acordos de conciliação com clientes com problemas em contas de energia.

DEFENSORIA

Anulado registro de idoso dado como morto em Timon

A Defensoria Pública do Estado, por meio do Núcleo Regional de Timon, conseguiu a anulação do registro de óbito do idoso Augusto Soares de Sá, declarado morto pela ex-mulher, e com isso, o restabelecimento do benefício previdenciário, que foi suspenso pelo INSS, devido a sua suposta morte.

A ação, proposta pela defensora pública Eloísa Mara Moura Bringel, teve como objetivo comprovar judicialmente o não falecimento do idoso, que foi surpreendido pela notícia de sua morte quando teve sua aposentadoria suspensa pelo INSS.

A juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Timon, Suzi Ponte de Almeida, considerou procedente a ação, declarando a nulidade do Registro de Óbito de Augusto

Soares. A magistrada determinou, inclusive, o envio de cópias dos autos ao Ministério Público da Comarca de Pedreiras/MA, para que sejam tomadas as medidas cabíveis com relação à Maria de Lourdes de Sousa Sá, ex-mulher do requerente. Também oficiou o INSS para que seja restabelecida a situação anterior ao registro de óbito, no que se refere ao benefício previdenciário.

Segundo consta no processo, a ex-mulher de Augusto Soares, Maria de Lourdes de Sousa Sá, procurou o Cartório de Registro Civil da Comarca de Pedreiras, e na presença de duas testemunhas, Angelina Gomes de Sousa e Gonçala Rodrigues da Silva, fez lavrar o óbito do seu ex-marido.

INTERIORIZAÇÃO

TJ aprova criação da comarca de Cidelândia

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou por unanimidade, ontem, quarta-feira, 1º, projeto de lei complementar que cria a comarca de Cidelândia, desmembrada da comarca de Açailândia, ambas na Região Tocantina. O documento será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para votação. O município-sede da nova comarca tem 13.503 habitantes (IBGE), e 9.403 eleitores, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A dificuldade de acesso da população de Cidelândia aos serviços do Judiciário foi a principal justificativa apresentada pelos desembargadores Cleones Cunha (relator) e Lourival Sereno para a criação da nova comarca. Em viagem a Cidelândia, São Francisco do Brejão, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca, os dois magistrados constataram grandes distâncias desses municípios às sedes das comarcas de Açailândia e Imperatriz.

Cleones Cunha explicou que Açailândia fica a 90 km de Cidelândia, e a

80 km de São Francisco do Brejão. Já São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios estão a mais de 150 km de Imperatriz. O relator disse que a nova comarca passaria a contar com mais de 21.500 habitantes, somando os moradores do termo judiciário de Vila Nova dos Martírios.

CARGOS - O projeto de lei prevê a criação de dez cargos: juiz de direito, assessor de juiz, oficial de justiça (2), técnico judiciário (3), auxiliar judiciário (2) e de secretário judicial. Acrescenta que as despesas decorrentes da aplicação da lei complementar correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

O texto, acompanhado de estimativa anual de impacto orçamentário elaborada pela Diretoria Financeira do TJMA, já havia recebido manifestação favorável do corregedor-geral de justiça, desembargador Antonio Guerreiro Junior, e foi aprovado, por unanimidade, pela Comissão de Divisão e Organização Judiciárias e Assuntos Legislativos do Tribunal.



O desembargador Cleones Cunha, relator

CORREGEDORIA

Palestra e explanação são destacados por juiz

A palestra Justiça em Números, do conselheiro Milton Nobre, e a explanação da desembargadora Maria Rita Lima Xavier (PA) sobre a adoção internacional foram alguns dos aspectos destacados pelo juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça, Kleber Costa, no tocante à realização do 55º Encontro do Colégio de Corregedores Gerais dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal - ENCOGE. Costa representou o corregedor Antonio Guerreiro Júnior no evento.

Segundo o magistrado, Milton Nobre fez referências à grande demanda de processos em tramitação na Justiça em todo o país, e a celeridade demandada por essa demanda crescente, o que levou o Conselho Nacional de Justiça a implementar ações como as chamadas Metas 2, Meta 3 e outras, de modo a sanar processos com até 30, 40 anos em tramitação.

A importância da Justiça do país em acabar com o preconceito em relação à adoção de crianças por estrangeiros foi outro tema destacado pelo juiz correge-

dor. Segundo Kleber, em explanação sobre o tema, a desembargadora Maria Rita Xavier citou exemplos como o caso da adoção de dois meninos gêmeos por um homem estrangeiro e solteiro e que, segundo a desembargadora, estão hoje muito felizes.

Oficial online - Um projeto apresentado por uma operadora de telefonia com vistas à criação do "oficial de justiça online" chamou a atenção do magistrado no evento.

De acordo com Kleber Costa, a iniciativa da operadora, já em funcionamento no Poder Judiciário dos estados de São Paulo e Rio Grande do Norte, consiste na utilização, por parte de oficiais de justiça, de aparelho celular e GPS que permitem ao oficial informar via internet a uma Central de Controle sobre as intimações realizadas.

Nas palavras do juiz auxiliar, ao ser informado do projeto o corregedor Guerreiro Júnior adiantou que já tem firmado com a operadora de telefonia alguns projetos que devem ser implantados pela Corregedoria no próximo ano.

IMPERATRIZ

Ex-presidente da Umes presa acusada de tráfico de droga

Foi presa, na noite da última, segunda-feira, 29, a ex-presidente da União Municipal de Estudantes Secundaristas (UMES) e assessora política, Ana Kelly da Silva Queiroz, 22, moradora da Travessa 3, Quadra 904, casa 9, Parque do Buriti, periferia de Imperatriz. Junto com Ana Kelly foi preso o namorado dela, o autônomo Elson Feitosa de Abreu, 26 anos, morador da Rua Coronel Manoel Bandeira, 107-B.

Os dois, segundo a polícia, foram flagrados com 19 cápsulas com a substância entorpecente cocaína, próximo a um posto de combustível localizado na Rua Pará com Luís Domingues.

O flagrante aconteceu quando investigadores da Polícia Civil passavam pelo local e observaram quatro pessoas em atitude suspeita. Os policiais fizeram a abordagem e constataram que realmente estavam comercializando cocaína, que estava sendo vendida a dois homens em uma motocicleta. Os dois homens são usuários.

Ao serem revistados, Ana

Kelly e Elson se encontravam com 19 cápsulas com cocaína. Ana Kelly estava com 13 cápsulas, enquanto Elson foi flagrado com 6.

Os dois foram conduzidos para o Plantão Central da 10ª Delegacia Regional de Imperatriz, onde foram autuados pelo delegado Arthur Benazzi, titular da Denarc, nas penas do artigo 33 da Lei 11.343/06. Ana Kelly foi levada para a CCPJ, enquanto Elson foi para Davinópolis, e ficarão à disposição da Justiça.

Em seu depoimento, Ana Kelly admitiu que é usuária de cocaína. Já Elson Feitosa disse que é usuário de cocaína e maconha. Ambos negaram que estivessem traficando, mas os dois foram presos em flagrante delito.

A polícia apreendeu também um Gol Special, placa HPW-4480, cor prata, que está em nome de Raimundo Otameres Carneiro e estava em poder de Elson Feitosa. Com Ana Kelly foi apreendida uma motocicleta Honda Biz 125 ES, placa NMS-0353, que está em nome de Marinalva Torres Marinho.

08

POLÍCIA

Seic prende três criminosos

Agentes da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) em conjunto com policiais da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) prenderam por volta das 18h30m da última, terça-feira, 30, três homens acusados de vários assaltos e causarem pânico em moradores do bairro da Cidade Olímpica.



Seic prende três criminosos que agiam na Cidade Olímpica

Agentes da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic) em conjunto com policiais da Superintendência de Polícia Civil da Capital (SPCC) prenderam por volta das 18h30m da última, terça-feira, 30, três homens acusados de vários assaltos e causarem pânico em moradores do bairro da Cidade Olímpica.

Welliton Araújo dos Santos, 23, morador da Rua 9, Quadra A, Bloco A, nº 9; Jardel da Silva Santos, 26, residente da Rua 9, casa 16; e Ruberval de Jesus da Silva Fontinele, 18, morador da Rua 1, todos residentes na Cidade Olímpica foram detidos após a polícia realizar investigações para identificar e prender os elementos que desde domingo estavam se confrontando pelo domínio do tráfico de drogas. A prisão dos três assaltantes aconteceu na Rua 9, Quadra 18, Casa 18 também na Cidade Olímpica.

Em poder dos bandidos foram encontrados um revólver calibre 38 e uma pistola 380, todos municiados; dois celulares, além de um chip que era utilizado

para negociação de vendas de drogas. Segundo informações da polícia, o grupo fazia parte de quadrilha que vinha desenvolvendo ações criminosas na região da Cidade Olímpica. Durante algumas semanas, eles promoveram confrontos pela disputa de pontos de venda de drogas. Além do tráfico, o bando também comercializava produtos roubados.

De acordo com informações do Superintendente da Seic, delegado Marcos Affonso Júnior, os três já têm passagem pela polícia. "Estamos tirando de circulação, bandidos de alta periculosidade. Dois deles já haviam sido presos há menos de dois meses pela Seic. Na época encontramos quatro armas em poder desses criminosos, e com as de hoje somam sete", contou o delegado.

Confronto - O superintendente disse ainda que a ousadia dos assaltantes chama a atenção da Polícia. No momento da abordagem, ao perceberem a presença da polícia, os três homens dispararam vários tiros contra os investigadores. Durante o confronto, Jardel Santos acabou sen-

do baleado na perna. Nesse momento, os policiais conseguiram entrar na residência e dominá-los.

Após receber voz de prisão, Jardel foi levado ao Hospital Djalma Marques para receber atendimento médico. Eles foram levados para a sede Seic, na Beira Mar, onde prestaram depoimento.

Todos deverão ser autuados em flagrante por porte ilegal de armas, tráfico de drogas, formação de quadrilha, além de resistência a prisão, e em seguida encaminhados para o Centro de Triagem de Pedrinhas, onde permanecerão à disposição da Justiça.



Os três assaltantes presos foram apresentados pela polícia

INTERIOR DO ESTADO

Operação policial captura dois homicidas

Uma operação deflagrada pelas Polícias Civil e Militar nos Municípios de Paulo Ramos, Vitorino Freire, Olho d'Água das Cunhas e Bacabal, resultou na prisão de dois homens. Eles teriam envolvimento em um crime de latrocínio ocorrido no último dia 20 de novembro, em Paulo Ramos.

George Arlison Pereira Queiroz conhecido como Preto, de 28 anos e Verisfran de Souza dos Santos, o Boneco, de 24 anos, foram presos na manhã desta terça-feira (1º).

Com base nas investigações intensificadas pela Polícia e de posse do mandado de prisão preventiva e busca domiciliar expedido pelo Juiz Alexandre Bandeira Figueiredo da Vara Única da Comarca do Município de Paulo Ramos, os dois acusados acabaram sendo detidos em suas respectivas residências.

George Arlison, o Pre-

to, residente na Av. Getúlio Vargas, bairro localizado no centro de Alto Alegre, foi encontrado na posse de uma espingarda, um facão, uma motocicleta, e as vestimentas usadas no dia do crime em Paulo Ramos: uma calça jeans e uma camisa gola pólo preta.

Já Boneco, residente na Rua Castro, 54, bairro Brea-do, também em Alto Alegre, foi detido com um revólver calibre 38 niquelado; um calibre 22, utilizada no dia do crime. Ambos ficarão a disposição da Justiça.

A Operação foi comandada pelo delegado de Polícia Civil do município de Paulo Ramos, Fernando Regis dos Santos Rezende, em companhia dos delegados Jader José Souza da Delegacia de Homicídios que está respondendo pela Regional de Bacabal e o delegado de Vitorino Freire, Samuel Antonio Morita Nocko.

VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA

Prefeitura faz Plenária de Atendimento às Mulheres

A Prefeitura de São Luís e o Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís (CMCF) realizaram, no auditório da Casa dos Conselhos Municipais, a Plenária Ampliada de Monitoramento dos Serviços/Instituições de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência. O evento faz parte da programação da campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher", que vai até o dia dez de dezembro.

Para tratar sobre o tema, o CMCF convidou a Delegacia Especial da Mulher (DEM), o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima da Violência e a Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além da Casa Abrigo, mantida pela Prefeitura.

A presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís, Laurinda Maria de Carvalho Pinto, destacou a importância das instituições e representantes da sociedade civil discutirem as medidas adotadas contra a violência à mulher.

"É um passo importante, à medida que todos nós tomamos a iniciativa de discutir a responsabilidade das instituições no combate a essa violência e acompanhar os serviços que estão sendo realizados em

cada uma delas, no sentido de colocar em prática a aplicação da Lei Maria da Penha e outras medidas", afirmou Laurinda de Carvalho.

Estiveram presentes no evento, representantes de diversos conselhos municipais e das secretarias municipais de Educação (Semed), de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) e de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa).

Monitoramento - Durante a exposição sobre os trabalhos da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o juiz Nelson Moraes Rêgo apresentou o relatório das atividades realizadas de janeiro a outubro deste ano de 2010. Neste período, o relatório de processos apresentado pelo juiz contabilizou 1.399 processos; 1.129 medidas protetivas; 216 inquéritos policiais e 119 ações penais.

"As mulheres estão denunciando, cada vez mais, e não poderemos deixar de manter um atendimento diferenciado, isto é, humanizado às mulheres que enfrentam qualquer tipo de violência. O propósito da Vara é melhorar, cada vez mais, os serviços para a comunidade", frisou o juiz.

Programação - Até o dia dez de dezembro, a campanha "16 Dias de Ativismo pelo Fim

da Violência contra a Mulher" vai realizar uma série de atividades e campanhas.

Ontem, quarta-feira, 01, foi lançada a Campanha e Mobilização Social de Luta contra o HIV/AIDS com o tema "Somos Iguais: Preconceito não", da campanha Maranhão no Combate à Homofobia e entrega do 1º Prêmio Gayvota de Direitos Humanos, às 18h, na sede da OAB-MA. Neste mesmo dia, das 8h às 18h, serão realizadas atividades na Praça Deodoro e Rua Grande, Centro de São Luís.

Na próxima quinta-feira, 09, acontecerá a abertura do Seminário "Tecendo a Rede Amiga da Mulher de São Luís - Para o Enfrentamento à Violência de Gênero", às 17h, na Escola de Governo e Gestão Municipal (Eggem). O evento prossegue no dia 10, sexta-feira, das 8h às 18h.

Na sexta-feira, 10, no encerramento da campanha, acontecerá o 3º Encontro Reflexivo: Gênero e Direitos Humanos - Uma por todas, Todas por uma, das 14h às 18h, no auditório da Prefeitura de São Luís.



A plenária faz parte da programação da Campanha

Aprovada criação da comarca de Cidelândia, na Região Tocantina

Projeto de lei foi aprovado ontem pelo Tribunal de Justiça do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou por unanimidade, ontem, projeto de lei complementar que cria a comarca de Cidelândia, desmembrada da comarca de Açailândia, ambas na Região Tocantina. O documento será encaminhado à Assembléia Legislativa do Estado para votação. O município-sede da nova comarca tem 13.593 habitantes (IBGE), e 9.403 eleitores, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A dificuldade de acesso da população de Cidelândia aos serviços do Judiciário foi a principal justificativa apresentada pelos desembargadores Cleones Cunha (relator) e Lourival Serejo para a criação da nova Comarca. Em viagem a Cidelândia, São Francisco do Brejão, Vila Nova dos Martírios e São Pedro da Água Branca, os dois magistrados constataram grandes distâncias desses municípios às sedes das comarcas de Açailândia e Imperatriz.

Cleones Cunha explicou que Açailândia fica a 90 km de Cidelândia e a 80 km de São Francisco do Brejão. Já São Pedro da Água Branca e Vila Nova dos Martírios estão a mais de 150 km de Imperatriz. O relator disse que a nova comarca passaria a contar com mais de 21.500 habitantes, somando os moradores do termo judiciário de Vi-

la Nova dos Martírios.

Cargos - O projeto de lei prevê a criação de dez cargos: juiz de direito, assessor de juiz, oficial de Justiça (2), técnico judiciário (3), auxiliar judiciário (2) e de secretário judicial. Acrescenta que as despesas decorrentes da aplicação da lei complementar correrão por conta do orçamento do Poder Judiciário.

O texto, acompanhado de estimativa anual de impacto orçamentário elaborada pela Diretoria Financeira do TJMA, já havia recebido manifestação favorável do corregedor-geral de justiça, desembargador Antonio Guerreiro Junior.

Remoção - Os juízes Flávia Pereira da Silva Barçante, Artur Gustavo Azevedo do Nascimento e Iran Kurban Filho foram removidos, respectivamente, para as comarcas de Buriti Bravo, São Vicente de Férrer e Barão de Grajaú, na sessão administrativa do TJMA, ontem.

Flávia Barçante (titular de Santa Quitéria) e Iran Kurban Filho (titular de Passagem Franca) foram removidos pelo critério de antiguidade, enquanto Artur Gustavo do Nascimento (São Domingos do Azeitão) por merecimento.

As comarcas de Buriti Bravo, São Vicente de Férrer e Barão de Grajaú estavam vagas desde a remoção dos juízes Dennys Carneiro Rocha dos Santos, Denise Pedrosa Torres Dias e Rogério Monteles da Costa para São Francisco do Maranhão, Penalva e Matões.

TJMA suspenderá alguns serviços pelo prazo de 30 dias

Em atendimento a pedido da OAB/MA, estarão suspensos os prazos processuais, publicações e a realização de audiências

De 20 deste mês a 20 de janeiro de 2011, os prazos processuais, a realização de audiências e as publicações do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ficam suspensas. No entanto, desembargadores, juízes e demais servidores vão trabalhar normalmente e o atendimento ao público será mantido, com a apreciação de processos e demais serviços forenses.

A medida foi deferida ontem, por maioria, pelo Pleno do TJMA, em atendimento ao pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão (OAB/MA), feito no último dia 22 de novembro, como forma de garantir à classe um descanso, uma vez que eles possuem uma rotina exaustiva e incessante, sem direito a férias.

O desembargador-presidente do TJMA, Jamil Gedeon, reconheceu o trabalho dos advogados, mas votou contrário ao requerimento por entender que o recesso forense de 20 de dezembro a 6 de janeiro já seria suficiente para o descanso dos operado-

res da Justiça. Citou a Resolução n.º 8 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta o expediente forense durante o período natalino e determina que, durante este tempo, as atividades judicantes devam ser atendidas pelo plantão judiciário.

"Férias" - Na tribuna, Mário Macieira, presidente da OAB-MA, ressaltou que essas "férias" aos advogados não acarretam prejuízos ao Judiciário, pois não interfere nos atos administrativos do órgão. Somente naqueles que precisam da atuação advocatícia. Demonstrou que, na prática, o adiamento dos prazos, a realização de audiências e as publicações seriam apenas de 10 dias úteis, ou seja, de 7 a 20 de janeiro, pois antes disso já estão mesmos suspensos pelo recesso.

Paulo Velten, desembargador do TJMA, defendeu o pedido de seus ex-colegas de profissão, pontuando que esta é uma maneira de o TJMA prestigiar os advogados e demonstrar apreço à atividade. Também esclareceu que o

Reforma do CPC

No projeto de reforma do Código de Processo Civil (CPC), que tramita no Congresso Nacional, está sendo discutida essa suspensão de prazos por 30 dias. O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região também adotou a prática. Nele, a suspensão foi acolhida somente até o dia 14 de janeiro.

deferimento não amplia o número de dias do descanso. Apenas não serão realizadas audiências, mas os prazos ficarão interrompidos, devendo ser contados só a partir do dia 21 de janeiro.

Neste quesito, o desembargador Joaquim Figueredo lembrou que não se aplica a interrupção do prazo aqueles que a lei penal, por exemplo, prevê, especialmente os casos de réu preso. Ainda são considerados ininterruptos os prazos decadenciais e prescricionais, conforme estatuído pelo Código Civil.



O Pleno do Tribunal de Justiça decidiu ontem, por maioria, suspender audiências até o dia 20 de janeiro

- **O comando** do Tribunal de Justiça decretou ponto facultativo nos dias 24 e 31 de dezembro no TJ, na Corregedoria e fóruns da capital e do interior.

Semana da Conciliação atinge 942 acordos no MA

Um volume de 942 acordos e de R\$ 15.322.654,31 em valores homologados é o painel dos dois primeiros dias de participação do Judiciário estadual na Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça. O evento prossegue até amanhã.

“Nesse período, 7.013 pessoas foram atendidas em varas, juizados e unidades credenciadas para homologar acordos”, informa o corregedor Antonio Guerreiro Júnior. No Maranhão, 140 juízes, 1 juiz leigo, 176 conciliadores e 617 colaboradores estão envolvidos com as atividades.

A iniciativa chega ao terceiro dia abrangendo 77 comarcas e 28 juizados especiais. Até terça-feira, foram concretizadas 114 das 122 audiências pré-processuais de conciliação previstas.

Das 3.329 audiências de conciliação designadas, totalizaram 2.991 as efetivamente realizadas. Em relação às audiências criminais, das 435 agendadas 301 foram realizadas.

O volume de sentenças de transação penal homologadas foi de 104, e três o número de homologações de suspensão de processo. Os resultados parciais diários da ação são auferidos pela Corregedoria, diariamente e ao final da tarde, e enviados em seguida ao CNJ. Além das varas e juizados da capital e do interior, a Semana terá audiências no Procon (Monte Castelo) e na Associação Comercial, onde as Lojas Gabryella montaram sala de audiências para homologação de acordos.

Comissão que inspecionou Pedrinhas após rebelião critica sistema em relatório

Deputados entregaram ontem documento à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal com o relato das péssimas condições das cadeias do MA

Saulo Maclean
Da editoria de Polícia

Os quatro deputados federais que visitaram o Complexo Penitenciário de Pedrinhas nos dias 18 e 19 do mês passado entregaram ontem, em Brasília, o relatório sobre a inspeção nas unidades prisionais de São Luís. No documento, encaminhado à presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara Federal, deputada Iriny Lopes (PT-ES), os parlamentares descrevem as péssimas condições das cadeias do Maranhão, como superlotação, maus-tratos, má alimentação, falta de trabalho e lentidão nos processos dos detentos.

A comissão parlamentar que esteve na capital maranhense foi composta pelos deputados federais Domingos Dutra (PT-MA), autor do requerimento; Fernando Gabeira (PV-RJ); Talmir Rodrigues (PV-SP) e Geral-

do Thadeu (PPS-MG). A visita deu-se após a maior e mais sangrenta rebelião da história do estado, que teve como saldo a execução de 18 presos, sendo quatro deles decapitados. O objetivo foi avaliar a infra-estrutura das unidades que compõem o sistema carcerário.

Visita - Acompanhados pelo Grupo de Escolta e Operações Penitenciárias (Geop), os parlamentares e a imprensa tiveram acesso à "Ala do Fundão", onde três detentos foram assassinados durante os dois dias da rebelião no Presídio São Luís. Neste e nos demais pavilhões da penitenciária, os deputados viram um "lugar escuro, úmido, com celas danificadas, sem segurança e higiene". A situação foi descrita na Assembléia Legislativa do Maranhão a representantes do Governo do Estado, da OAB-MA e da Pastoral Carcerária.

O roteiro de visita, que na sequência ocorreu na Casa de Detenção (Cadet), no Presídio São Luís de Segurança Máxima - on-

de outros 15 presos foram mutilados, no Anexo III - e no Centro de Detenção Provisória (CDP), os deputados relataram que, entre as principais reclamações dos detentos, estavam a ociosidade, incentivada pela falta de trabalho, a não revisão dos processos e o atraso nos salários (R\$ 318,00) dos presos que trabalham dentro das unidades em troca da redução de pena.



Deputado Talmir Rodrigues quando conversava com detentos durante visita da comissão a Pedrinhas

Mais

Apesar de não ter comparecido à sessão para receber o documento, a deputada Iriny Lopes foi representada pelo deputado Domingos Dutra, relator da comissão. Ele prometeu encaminhar as conclusões e recomendações da Comissão ao Governo do Maranhão e à Secretaria de Segurança Pública.

■ Denúncia

1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) recebeu denúncia contra o prefeito do município de João Lisboa, Francisco Emiliano Ribeiro de Menezes, na sessão desta terça-feira 30. Ele foi acusado pelo Ministério Público Estadual (MPE) de omissão na apresentação da prestação de contas referente ao exercício financeiro de 2009, conforme prevê o Decreto Lei 201/67. Em sua defesa o gestor alega que a prestação de contas foi realizada em abril de 2010, com apenas alguns dias de atraso, quando também efetivou o pagamento de multas relativas à demora na entrega do documento. Razões pelas quais argumenta que a sua conduta não constitui crime, por não existir dolo.

QUEM PASSA A FAIXA/ (1)

Há uma pergunta no ar. Quem vai passar a faixa símbolo do poder, à governadora Roseana Sarney, na madrugada do dia 1º de janeiro, na Assembleia Legislativa? Pela regra do cerimonial, caberia ao governador anterior. Porém, Roseana está no cargo e não ficaria bem ela aparecer na sessão especial em que fará o juramento constitucional envergando a faixa governamental.

QUEM PASSA A FAIXA? (2)

O presidente da Assembleia Legislativa, Marcelo Tavares, é do PSB, partido que faz oposição ao governo do PMDB, diz que não será ele. Marcelo sequer recebeu qualquer informação do Palácio dos Leões sobre a vontade da governadora de ser empossada nos primeiros 30 minutos do ano de 2011. Ele disse que não cabe ao presidente do Legislativo a missão de colocar a faixa.

QUEM PASSA A FAIXA (3)

Em abril do ano passado, quando Roseana assumiu o governo após a cassação de Jackson Lago, quem colocou a faixa foi o presidente do Tribunal de Justiça, na época, o desembargador Raimundo Freire Cutrim. Já no segundo mandato de Roseana na madrugada de 1999, quem colocou a faixa foi o presidente da Assembleia, Manoel Ribeiro.

Reação mortal

Arlete de Jesus Gomes Aragão está presa acusada de matar com duas facadas o marido Fortunato José Pereira, que a agredia, segundo testemunhas e a polícia

SANDRA VIANA

Até que ponto pode suportar uma mulher que sofre violência doméstica? E quando o fim é a morte trágica do agressor? A Justiça ampara ou condena? Perguntas que a dona de casa Arlete de Jesus Gomes Aragão, 38 anos, se faz desde a noite da última terça-feira. Ela está presa acusada de matar o marido com duas facadas. O motivo: Arlete vinha sofrendo agressões físicas e, mesmo tendo denunciado os sucessivos fatos, não foi protegida a tempo. No dia do ocorrido, o marido, Fortunato José Pereira, 47 anos, chegou em casa irritado e iniciou uma discussão com a mulher. Dos gritos, Fortunato passou às agressões. Chutes, pontapés, socos, murros e cansada, a mulher foi até a cozinha onde pegou uma faca e o atingiu com dois golpes fatais. Mesmo tomada pelo desespero Arlete ainda prestou socorro ao marido, porém, ele não resistiu aos ferimentos.

Arlete, que era vítima, passou a acusada. Ela está detida no Centro de Reeducação e Inclusão Social de Mulheres Apenadas (Crisma), aguardando decisão da Justiça. Arlete foi autuada em flagrante pelo crime de homicídio, cuja pena prevista vai de seis anos a 20 anos de reclusão. No depoimento na delegacia a mulher se defendeu citando as várias agressões sofridas. Segundo contou, ela já havia denunciado o marido. A briga, ocorrida no início da noite, foi o estopim para a mulher. Por ter ocorrido morte do suposto agressor, o caso foi para uma

delegacia comum. A mulher foi presa e ouvida pelo delegado do 12º Distrito, Alexandre Magno Alves. Segundo o delegado, baseado no relato da mulher, ela o marido passaram horas discutindo quando ele, impaciente começou a agredi-la. Ela, por sua vez, resolveu revidar. Arlete foi até a cozinha, pegou uma faca e atingiu o marido com duas facadas no tórax. Após vê-lo caído não hesitou e o socorreu até o Hospital Clementino Moura (Socorrão II). Lá, um policial de plantão, que ficou a par do ocorrido, tratou de prendê-la, em flagrante.

O caso de Arlete é emblemático e pouco comum a mulheres que sofrem agressão dos companheiros. Em lugar de revidar, a mulher sofre calada e não denuncia por vergonha ou medo de novas e piores agressões. Muitos dos casos não são denunciados por esta mulher depender financeiramente do parceiro. Os filhos também contam na opção de não incriminar o companheiro. Em casos mais emblemáticos, a mulher não denuncia para não perder o parceiro. Diferentes motivos que fazem da mulher vítima da violência e deixa os agressores impunes. Mas, de acordo com o Código Penal, Arlete pode ter a pena atenuada. Segundo o Código, no artigo 121, parágrafo 1, a pena pode ser reduzida a um sexto, caso seja comprovada que houve cometimento do crime "por motivo de relevante valor social ou moral ou sob domínio de violenta emoção, logo em seguida

a injusta provocação da vítima".

Arlete está incluída em uma estatística que aponta serem os companheiros principais agressores, segundo o Centro de Referência de Atendimento Mulher. De sua criação, em junho de 2008 até o primeiro bimestre deste ano, a entidade registrou 986 casos de agressão contra mulheres. Segundo o Centro, 33,99% destas agressões foram praticadas pelos companheiros; as demais, divididas entre parentes do sexo masculino – pai, irmão, tio. Do total, 85% são casos de violência física e moral. A violência física, apesar de em número menor de denúncias, é constante, segundo a entidade. Dos casos denunciados, apenas 5% têm continuidade.

Com a decretação da Lei nº 11.340, conhecida como Maria da Penha, há três anos, as mulheres vêm aos poucos se convencendo que é preciso denunciar. A lei trouxe dispositivos que tornaram possível punir o agressor, entre estas, medidas protetivas, de segurança e resguardo à mulher. Uma vez denunciado o caso, a vítima é encaminhada à Delegacia da Mulher e, após, ao Centro, onde recebe tratamento psicológico e, se necessário, abrigo por até três meses. A denúncia vai à Vara Especial, ligada ao Tribunal de Justiça, que se responsabiliza pela punição ao agressor.

De junho de 2008 até o primeiro bimestre deste ano, entidade especializada registrou 986 casos de agressão contra mulheres em São Luís



FORTUNATO PEREIRA RECEBEU FACADAS DA ESPOSA

■ Um volume de 942 acordos e de R\$ 15.322.654,31 em valores homologados é o painel dos dois primeiros dias de participação do Judiciário estadual na Semana Nacional da Conciliação, promovida pelo CNJ em parceria com a Corregedoria Geral da Justiça. O evento prossegue até sexta-feira, 3.

■ Óbito anulado (I)

A Defensoria Pública do Estado, por meio do Núcleo Regional de Timon; conseguiu a anulação do registro de óbito do idoso Augusto Soares de Sá, declarado morto pela ex-mulher, e com isso, o restabelecimento do benefício previdenciário, que foi suspenso pelo INSS, devido a sua suposta morte.

A ação, proposta pela defensora pública Eloísa Mara Moura Bringel, teve como objetivo comprovar judicialmente o não falecimento do idoso, que foi surpreendido pela notícia de sua morte quando teve sua aposentadoria suspensa pelo INSS.

A juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Timon, Suzi Ponte de Almeida, considerou procedente a ação, declarando a nulidade do Registro de Óbito de Augusto Soares.

■ Óbito anulado (II)

A magistrada determinou, inclusive, o envio de cópias dos autos ao Ministério Público da Comarca de Pedreiras/MA, para que sejam tomadas as medidas cabíveis com relação à Maria de Lourdes de Sousa Sá, ex-mulher do requerente.

Também oficiou o INSS para que seja restabelecida a situação anterior ao registro de óbito, no que se refere ao benefício previdenciário.

Segundo consta no processo, a ex-mulher de Augusto Soares, Maria de Lourdes de Sousa Sá, procurou o Cartório de Registro Civil da Comarca de Pedreiras, e na presença de duas testemunhas, Angelina Gomes de Sousa e Gonçala Rodrigues da Silva, fez lavrar o óbito do seu ex-marido.

Corregedoria garante que não recebeu denúncias contra juiz Thales Ribeiro

O desembargador-corregedor Antonio Guerreiro Júnior disse, ontem, que a Corregedoria-Geral da Justiça não recebeu até o momento nenhuma denúncia formal e fundamentada de sindicatos ou de pessoas que fazem acusações pela imprensa ao juiz Thales Ribeiro de Andrade, da Comarca de Dom Pedro (a 310 km da capital).

“Os acusadores e reclamados estão sendo chamados pela Corregedoria para que confirmem o que disseram contra o juiz”, informou o corregedor ao Pleno do Tribunal de Justiça, em resposta a ofício do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida.

Durante a sessão plenária administrativa, o corregedor mostrou o volumoso processo, que reúne o que foi publicado em jornais e blogs sobre o titular de Dom Pedro. O corregedor disse aos desembargadores ter tomado as medidas que o caso requeria. Mandou instaurar, em 22 de outubro, procedimento administrativo, de ofício – ou seja, por iniciativa própria – para apurar notícias divulgadas na mídia quanto à conduta do juiz, e estabeleceu prazo de 15 dias para que apresentasse defesa.

Ainda na sessão foi esclarecida a prisão do juiz afastado pelo TJMA, Jorge Moreno, naquele município, durante ato público contra Thales Ribeiro, e supostamente determinada pelo juiz.

Segundo ficou apurado, Moreno organizou o manifesto e teria destrutado e agredido fisicamente um policial a trabalho. O militar foi quem decidiu pela detenção do ex-juiz, garante a corregedoria.

Representante da Cáritas no Brasil, Jorge Moreno é acusado de criar embaraços ao Judiciário e de liderar movimentos contra a instituição, supostamente descontente com decisões daquele poder. É acusado, também, de fazer ataques à honra de desembargadores e juízes com atuação reprovável na magistratura, segundo sua interpretação.

*Tribunal suspende,
por 30 dias, prazos
processuais, audiências
e publicações*

PÁGINA 13

Tribunal de Justiça suspende, por 30 dias, prazos processuais, audiências e publicações

De 20 de dezembro a 20 de janeiro de 2011, os prazos processuais, a realização de audiências e as publicações do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) ficam suspensas. No entanto, desembargadores, juízes e demais servidores vão trabalhar normalmente e o atendimento ao público será mantido, com a apreciação de processos e demais serviços forenses.

A medida foi deferida ontem, 1º, por maioria, pelo Pleno do TJ-MA, em atendimento ao pedido da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Maranhão (OAB/MA), feito no último dia 22 de novembro, como forma de garantir à classe um descanso, uma vez que eles possuem uma rotina exaustiva e incessante, sem direito a férias.

O desembargador-presidente do TJ-MA, Jamil Gedeon, reconheceu o trabalho dos advogados, mas votou contrário ao requerimento por entender que o recesso forense de 20 de dezembro a 6 de janeiro já seria suficiente para o descanso dos operadores da

Justiça. Citou a Resolução n.º 8 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que regulamenta o expediente forense durante o período natalino e determina que, durante este tempo, as atividades judicantes devam ser atendidas pelo plantão judiciário.

Na tribuna, Mário Macieira, presidente da OAB-MA, ressaltou que essas “férias” aos advogados não acarreta prejuízos ao Judiciário, pois não interfere nos atos administrativos do órgão. Somente aqueles que precisam da atuação advocatícia. Demonstrou que, na prática, o adiamento dos prazos, a realização de audiências e as publicações seriam apenas de 10 dias úteis, ou seja, de 7 a 20 de janeiro, pois antes disso já estão mesmos suspensos pelo recesso.

Paulo Velten, desembargador do TJMA, defendeu o pedido de seus ex-colegas de profissão, pontuando que esta é uma maneira de o TJMA prestigiar os advogados e demonstrar apreço à atividade. Também esclareceu que o deferimento não amplia o número de

dias do descanso. Apenas não serão realizadas audiências, mas os prazos ficarão interrompidos, devendo ser contados só a partir do dia 21 de janeiro.

Neste quesito, o desembargador Joaquim Figueiredo lembrou que não se aplica a interrupção do prazo aqueles que a lei penal, por exemplo, prevê, especialmente os casos de réu preso. Ainda são considerados ininterruptos os prazos decadenciais e prescricionais, conforme estatuído pelo Código Civil.

Reforma do CPC – No projeto de reforma do Código de Processo Civil (CPC), que está tramitando no Congresso Nacional, está sendo discutida essa suspensão de prazos por 30 dias. O Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região também adotou a prática, sendo que nele a suspensão foi acolhida somente até o dia 14 de janeiro.

Pedido de “férias” dos advogados é deferido pelo Pleno do TJ/MA

Foi deferido ontem, por maioria, pelo Pleno do TJ/MA (Tribunal de Justiça do Maranhão), o pedido feito pela OAB, Seccional do Maranhão, de “férias” aos advogados, com suspensão de prazos, audiências e publicações pelo período de 20 de dezembro de 2010 a 20 de janeiro de 2011.

A Diretoria da OAB/MA – representada pelo presidente da Seccional, Mário Macieira; pela vice-presidente Valéria Lauande e pelo advogado Carlos Couto, secretário geral da Ordem – esteve presente à Sessão do Pleno para acompanhar a votação e sustentar a argumentação.

A reivindicação da Ordem partiu do pressuposto de que, além da rotina exaustiva e incessante dos advogados, sem férias efetivas, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Reforma do CPC (Código Processual Civil), com proposta que prevê a suspensão dos prazos processuais por 30 dias.

“O que fizemos foi uma sugestão análoga ao que já está previsto pelo Projeto de Lei do Novo CPC. Na prática, esta é uma importante conquista em defesa dos advogados que, agora, poderão ter um descanso merecido, em face da paralisação efetiva dos seus escritórios por conta de não haver prazos processuais”, afirmou Valéria Lauande. Mário Macieira lembrou que desembargadores, juízes e demais servidores irão trabalhar normalmente. O atendimento ao público também será mantido, com a apreciação de processos e demais serviços forenses. “Vão ser suspensos os prazos, as intimações, as audiências. Se houver questões urgentes como habeas corpus, mandado de segurança, medida cautelar ou mesmo levantamento de alvará emergencial, tudo isso vai poder ser feito porque a Justiça não vai parar. Não haverá um prolongamento do recesso, somente a suspensão dos prazos”, esclareceu o presidente da OAB/MA.

A mesma reivindicação de “férias” aos advogados também foi levada ao TRT/MA, que aprovou o período de 7 a 14/01/2011, para inspeções judiciais nas 21 varas trabalhistas, como forma de atender ao pleito da OAB/MA. A aprovação da solicitação representou uma vitória da OAB e de todos os advogados do Maranhão.

Remoção de juízes

Os juízes Flávia Pereira da Silva Barçante, Artur Gustavo Azevedo do Nascimento e Iran Kurban Filho foram removidos, respectivamente, para as comarcas de Buriti Bravo, São Vicente de Férrer e Barão de Grajaú, na sessão administrativa do TJMA desta quarta-feira, 1º, com manifestação favorável do corregedor-geral da Justiça, Antonio Guerreiro Júnior.

Flávia Barçante (titular de Santa Quitéria) e Iran Kurban

Filho (titular de Passagem Franca) foram removidos pelo critério de antiguidade, enquanto Artur Gustavo do Nascimento (São Domingos do Azeitão) por merecimento.

As comarcas de Buriti Bravo, São Vicente de Férrer e Barão de Grajaú estavam vagas desde a remoção dos juízes Dennys Carneiro Rocha dos Santos, Denise Pedrosa Torres Dias e Rogério Monteles da Costa para São Francisco do Maranhão, Penalva e Matões.

❖❖ O presidente do Tribunal de Justiça, Jamil Gedeon, e o corregedor-geral Antonio Guerreiro Júnior decretaram ponto facultativo no Judiciário, nos dias 24 e 31 de dezembro (sexta-feira). O decreto é extensivo às atividades no TJ, Corregedoria e fóruns da capital e do interior.

❖❖ O Tribunal de Justiça aprovou, ontem, projeto de lei complementar que cria a comarca de Cidelândia, desmembrada da comarca de Açailândia, ambas na região tocantina. O documento será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para votação.

❖❖ O município-sede da nova comarca tem 13.593 habitantes (IBGE), e 9.403 eleitores, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Projeto altera escolaridade para oficial de justiça

O Tribunal de Justiça decidiu, na sessão administrativa de ontem, enviar à Assembleia Legislativa projeto de lei que modifica a escolaridade para acesso ao cargo de oficial de justiça, de nível superior para nível médio.

A mudança altera o artigo 93 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão que prevê a exigência de formação superior para o cargo, além de seguir recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Resolução 119, na qual o próprio Conselho revoga a Resolução 48 de sua autoria, que exigia nível superior para acesso ao cargo de oficial de justiça.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ressaltou que essa mudança visa acolher as necessidades e a realidade do Judiciário Maranhense, com o objetivo de atender a demanda de funcionários nas comarcas e também proporcionar à sociedade uma prestação de serviço mais célere e eficiente.

A regionalização do preenchimento das vagas por comarcas e pólos prevista para o próximo concurso do TJMA foi outra iniciativa positiva citada por Gedeon, no sentido de contornar o problema de ausência de candidatos interessados em trabalhar nas comarcas onde há cargos vagos.

19 anos após crime, comerciante é preso acusado por abuso sexual

G.FERREIRA

O comerciante Nicolau Serra, conhecido como "Nico", 55 anos, foi preso na manhã de ontem, na Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos (DRFV), quando registrava um boletim de ocorrência por causa da perda dos seus documentos pessoais. De acordo com a polícia, o sistema Sigo detectou que contra o comerciante havia um mandado de prisão por sentença condenatória a seis anos, por atentado e violência ao pudor contra uma criança.

Segundo Nicolau Serra, ele foi acusado de tentar violentar uma criança há cerca de 19 anos, quando morava no Bairro do Coroadinho e era vizinho da menina. "Eu não fiz nada, Deus sabe da verdade. Essa criança se insinuava para mim, tanto que falei para a mãe dela e a mulher disse que eu queria violentar a menina e me denunciou; depois participei de várias audiências na 2ª Vara Criminal e hoje descobri que havia esse mandado de prisão", relatou o comerciante. Ele ainda disse que tinha uma fita com a gravação da garota dizendo que tudo era mentira, e que foi uma armação, para a



Nicolau Serra, o "Nico"

mãe dela tentar ganhar uma casa dele, pois era de família muito pobre, e Nicolau tinha dois estabelecimentos comerciais e uma casa grande. A prisão de Nicolau foi realizada pelo delegado Paulo Hertel, e depois comunicada à Justiça. *(Por Valquíria Ferreira)*

Corregedor não recebe denúncia contra Thales

O desembargador-corregedor Antonio Guerreiro Júnior disse ontem, 1º, que a Corregedoria Geral da Justiça não recebeu até o momento nenhuma denúncia formal e fundamentada de sindicatos e pessoas que fazem acusações pela imprensa ao juiz Thales Ribeiro de Andrade, da Comarca de Dom Pedro (a 310 km da capital).

“Os acusadores e reclamados estão sendo chamados pela Corregedoria para que confirmem o que disseram contra o juiz”, informou o corregedor ao Pleno do Tribunal de Justiça, em resposta a ofício do desembargador José Luiz Oliveira de Almeida.

SÓ DE JORNAIS

Durante a sessão plenária administrativa, o corregedor mostrou o volumoso processo, que reúne o que foi publicado em jornais e blogs sobre o titular de Dom Pedro. O corregedor disse aos desembargadores ter tomado as medidas que o caso requeria.

Apesar da ausência de fatos concretos, mandou instaurar, em 22 de outubro, procedimento administrativo, de ofício – ou seja, por iniciativa própria – para apurar notícias divulgadas na mídia quanto a conduta do juiz e estabeleceu prazo de 15 dias para que apresentasse defesa.

“O processo segue normalmente. A defesa foi entregue e falta ouvir os que queiram oferecer denúncia com provas contra o juiz”, disse o corregedor.

Movimentos sociais denunciam juiz hoje

Mais de 60 organizações e entidades do movimento social brasileiro assinaram nota de apoio e repúdio manifestando seu posicionamento acerca dos fatos acontecidos no último dia 23 de novembro, em Dom Pedro/MA, quando uma manifestação foi arbitrariamente reprimida pelo juiz daquela comarca, Thales Ribeiro de Andrade, resultando na prisão, sem motivos legais, de três manifestantes.

Hoje, às 10h, Associação de Saúde da Periferia do Maranhão (ASP/MA), Cáritas Brasileira Regional Maranhão, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST/MA), Comissão de Direitos Humanos da Seccional Maranhão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MA) e Comissão Arquidiocesana de Justiça e Paz apresentarão representações nas corregedorias das polícias civil e militar contra os policiais e o delegado envolvidos na operação.

ABUSO

Otávio Chaves Cavalcante, delegado de Dom Pedro, o Tenente Cid, comandante do batalhão, e os sargentos Wilson e Novaes, além de outros quatro policiais não identificados – eles retiraram a tarja do fardamento durante a operação – serão representados por abuso de autoridade, pelo cumprimento de ordem de prisão manifestamente ilegal. O delegado será representado ainda por ter aceito mandados de prisão expedidos de forma ilegal, já após a prisão dos manifestantes, e sem informar-lhes o motivo das prisões. Cavalcante transformou todos os casos em termos circunstanciados de ocorrência (TCOs), além de negar-se a fornecer-lhes cópias de seus mandados de prisão.

No ato da representação, além das entidades supra mencionadas estarão em São Luís pessoas que participaram da manifestação em Dom Pedro/MA.

Nível médio para ser Oficial de Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) decidiu na sessão administrativa realizada ontem, 1º, em São Luís, enviar à Assembléia Legislativa do Maranhão Projeto de Lei que modifica a escolaridade para acesso ao cargo de oficial de justiça, de nível superior para nível médio.

A mudança altera o artigo 93 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão que prevê a exigência de formação superior para o cargo, além de seguir recomendação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme Resolução 119, na qual o próprio Conselho revoga a Resolução 48 de sua autoria, que exigia nível superior para acesso ao cargo de oficial de justiça.

O presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ressaltou que essa mudança visa acolher as necessidades e a realidade do Judiciário Maranhense, com o objetivo de atender a demanda de funcionários nas comarcas e também proporcionar à sociedade uma prestação de serviço mais célere e eficiente.

A regionalização do preenchimento das vagas por comarcas e pólos prevista para o próximo concurso do TJMA foi outra iniciativa positiva citada por Gedeon, no sentido de contornar o problema de ausência de candidatos interessados em trabalhar nas comarcas.

Plenária discute ações de violência a mulher

A Prefeitura de São Luís e o Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís (CMCF) realizaram, no auditório da Casa dos Conselhos Municipais, a Plenária Ampliada de Monitoramento dos Serviços/Instituições de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência. O evento faz parte da programação da campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, que vai até o dia dez de dezembro.

Para tratar sobre o tema, o CMCF convidou a Delegacia Especial da Mulher (DEM), o Centro de Referência de Atendimento à Mulher Vítima da Violência e a Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, além da Casa Abrigo, mantida pela Prefeitura.

PRIMEIRO PASSO

A presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina de São Luís, Laurinda Maria de Carvalho Pinto, destacou a importância das instituições e representantes da sociedade civil discutirem as medidas adotadas contra a violência à mulher.

“É um passo importante, à medida que todos nós tomamos a iniciativa de discutir a responsabilidade das instituições no

combate a essa violência e acompanhar os serviços que estão sendo realizados em cada uma delas, no sentido de colocar em prática a aplicação da Lei Maria da Penha e outras medidas”, afirmou Laurinda de Carvalho.

Estiveram presentes no evento, representantes de diversos conselhos municipais e das secretarias municipais de Educação (Semed), de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) e de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa).

MONITORAMENTO

Durante a exposição sobre os trabalhos da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o juiz Nelson Moraes Rêgo apresentou o relatório das atividades realizadas de janeiro a outubro deste ano de 2010. Neste período, o relatório de processos apresentado pelo juiz contabilizou 1.399 processos; 1.129 medidas protetivas; 216 inquéritos policiais e 119 ações penais.

“As mulheres estão denunciando, cada vez mais, e não poderemos deixar de manter um atendimento diferenciando, isto é, humanizado às mulheres que enfrentam qualquer tipo de violência. O propósito da Vara é melhorar, cada vez mais, os serviços para a comunidade”, frisou o juiz.